

Percursos da internacionalização: o caso da Universidade de Cabo Verde

Maria Adriana Sousa Carvalho

Paulino Lima Fortes

adriana.carvalho@docente.unicv.edu.cv

paulino.fortes@docente.unicv.edu.cv

Universidade de Cabo Verde

Palavras-chave: ciência, cooperação, internacionalização, universidade.

Resumo:

Este artigo traça, de forma breve, a trajetória da Universidade de Cabo Verde, desde os primórdios do ensino superior ao presente. Analisa os percursos de construção e de internacionalização da universidade pública de um estado arquipelágico e de uma nação que se prolonga além-fronteiras, através da sua expressiva diáspora (Preâmbulo dos estatutos, de 20 de Novembro de 2009). O processo de globalização e a diversificação institucional no subsistema do ensino superior cabo-verdiano desencadearam desafios e perplexidades à Universidade de Cabo Verde, que abandonou gradativamente o modelo de universidade de ensino e se assume como universidade plena, colocando a ciência no âmago da sua missão e a investigação no cerne da sua acção. Desta opção decorrem questionamentos sobre a natureza da cooperação com universidades de referência e sobre a mobilidade académica baseada na compatibilidade e na comparabilidade de sistemas do ensino superior (a que não pertencemos) e na agressiva competitividade internacional. Embora o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior de Cabo Verde (Agosto 2012) nos situe numa esfera académica e política decalcada do Espaço Europeu do Ensino Superior, as práticas tradicionais de relacionamento inter institucional e com o Estado dificultam o exercício da autonomia universitária e interpelam a universidade a sair da sua “torre de marfim” e de um certo auto-contentamento que a pode imobilizar. A gestão da universidade terá de ganhar um sentido estratégico, com resultados na liderança académica no país - nos domínios da formação de recursos humanos e da criação e divulgação do conhecimento científico - e no alargamento da cooperação com as suas congéneres estrangeiras.

I - Os antecedentes da Universidade de Cabo Verde

Nos anos oitenta

O ensino superior é obra de Cabo Verde independente. Na época colonial, o topo do sistema era o ensino secundário. O primeiro estabelecimento de nível pós secundário, o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário - CFPEs, nasceu em 1979¹ num contexto de “carência qualitativa e quantitativa de quadros docentes do Ensino Secundário, resultando deste facto que o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário esteja dependente, em grande parte, da cooperação estrangeira e do recrutamento local de elementos sem a qualificação adequada”². No ano seguinte, foi criado o Instituto Nacional de Investigação Tecnológica – INIT³, vocacionado para a investigação e divulgação nos domínios dos recursos naturais (materiais de construção e matérias-primas), marinhos e das energias (clássicas e renováveis). O desenvolvimento da frota da Marinha Mercante e do sector das pescas fundamentam a criação, em 1982⁴, do Centro de Formação Náutica - CFN, em substituição da Escola de Cabotagem (do tempo colonial).

A legitimação do ensino superior na década de noventa

A primeira Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE⁵ (1990) integra o ensino superior no sistema educativo cabo-verdiano⁶, que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

Nos anos 90 foram criados vários institutos superiores. Em 1995, o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário foi transformado no Instituto Superior de Educação - ISE⁷, com a missão de formar professores e outros técnicos de educação nos aspectos cultural, científico, técnico e profissional e de realizar actividades de

¹ Foi criado pelo Decreto n.º 70, de 28 de Julho de 1979.

² Preâmbulo do Decreto n.º 70, de 28 de Julho de 1979.

³ Decreto n.º 21, de 27 de Março de 1980; extinto em 30 de Dezembro de 1997.

⁴ Decreto-Lei n.º 57, de 19 de Junho de 1982.

⁵ Lei n.º 103/III, de 29/11/1990.

⁶ A primeira revisão da LBES (Lei n.º 113/V, de 18 de Outubro de 1999), visou a adequação do ensino superior às novas exigências impostas pela Lei de Revisão Constitucional de 1999, que promove “o desenvolvimento do espírito científico, a criação e a investigação científicas” e “a educação superior, tendo em conta as necessidades de quadros qualificados e da elevação do nível educativo, cultural e científico do País” (Varela, 2013).

⁷ Decreto-Lei n.º 50, de 2 de Outubro de 1995.

investigação e desenvolvimento experimental orientados para a melhoria do ensino⁸. Em 1996, o Centro de Formação Náutica foi substituído pelo Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar – ISECMAR⁹, de modo a “servir melhor o desenvolvimento e a modernização da economia cabo-verdiana¹⁰” e em 1998, os Cursos Superiores de Gestão e Marketing e de Contabilidade instituídos em 1991¹¹, no quadro de uma parceria público-privada, integraram o Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais - ISCEE¹².

Como reconhece Bartolomeu Varela (2013), “o facto de a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo ter sido aprovada 15 anos após a proclamação da Independência Nacional, parece evidenciar a cautela característica de um Estado que procura dar passos seguros e sustentáveis, apoiando-se na experiência vivida e não na mera importação de opções, normas e práticas de outras latitudes”. No último ano do decénio e do século, “ao ensino superior é conferida dignidade constitucional” (Tolentino, 2007, p. 243) com o reconhecimento, na Constituição da República¹³, do “dever de promover a educação superior, tendo em conta as necessidades de quadros qualificados e da elevação do nível educativo, cultural e científico do país”.

A instalação do ensino universitário

O início do milénio é marcado por tendências que indiciam a afirmação do ensino superior em Cabo Verde. O número de estudantes que frequentam o ensino superior no país, em 2000/01 ultrapassa, pela primeira vez, o dos estudantes que se deslocam ao estrangeiro para a frequência de cursos superiores (vide quadro e gráfico seguintes), assistindo-se, a partir de então, à redução da formação superior no estrangeiro e ao aumento das ofertas formativas no país.

⁸ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 50, de 2 de Outubro de 1995.

⁹ Decreto-Lei n.º 40, de 21 de Outubro de 1996.

¹⁰ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 40, de 21 de Outubro de 1996.

¹¹ Oficializados pelo Decreto-Lei n.º 26, de 22 de Maio de 1995.

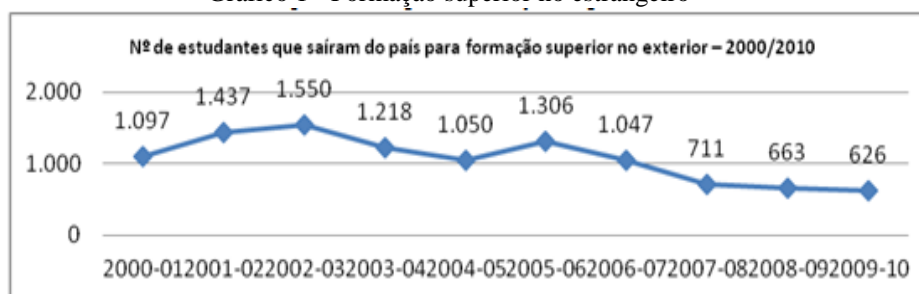
¹² Resolução n.º 46, de 28 de Setembro de 1998.

¹³ Artigo 77º da Constituição (revisão de 1999).

Quadro 1 – Frequência do ensino superior no país (2000/01–2007/08)

Instituições	2000/01		2001/02		2002/03		2003/04		2004/05		2005/06		2006/07		2007/08	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
Privadas	0	0	0	0	990	583	1353	826	1737	1009	1859	1123	2291	1404	2933	1784
Públicas	661	312	1115	534	1226	588	1652	755	2174	989	2708	1258	2998	1486	3725	1904
Total	661	312	1115	534	2216	1171	3005	1581	3911	1998	4567	2381	5289	2890	6658	3688

Gráfico 1 - Formação superior no estrangeiro



(in Varela, 2013, p. 123¹⁴)

Estes indicadores de frequência são explicados com a instalação de instituições de ensino superior privadas¹⁵ nacionais e estrangeiras em Cabo Verde e com a criação da Universidade Pública de Cabo Verde, pela Resolução n.º 53/2000, de 28 de Agosto. Porém, o projecto só se materializou com a instalação efectiva da Universidade, num processo que se iniciou em 2004¹⁶ e culminou em 2006¹⁷.

Os primeiros passos na senda da internacionalização

Não obstante reconhecermos que, na esteira de Tolentino (2007), as primeiras acções de ensino superior em Cabo Verde, de natureza politécnica, “foram desencadeadas para atender a necessidades conjunturais de mão-de-obra qualificada”,

¹⁴ Varela, Bartolomeu Lopes (2013). *Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde: Da criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário à instalação da Universidade Pública*. Praia: Edições Uni-CV. [http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/evolucao_do_ensino_superior_publico_em_cv.pdf]

¹⁵ Até 2007: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Praia e Mindelo (Decreto-Lei n.º 11, de 7 de Maio de 2001); Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, em Mindelo (Diploma de 20 de Dezembro de 2001), actualmente, Universidade de Mindelo e a Mindelo Escola Internacional de Arte (proivada).

¹⁶ A Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde foi criada pelo Decreto-Lei n.º 31, de 26 de Julho de 2004.

¹⁷ Decreto-Lei n.º 53, de 20 de Novembro de 2016.

“sem a visão característica da universidade”¹⁸ (p. 242), as instituições que as praticaram entraram, *ab initio*, na senda da internacionalização.

O Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário – CFPES nasceu sob a égide das universidades portuguesas, com quem firmou, em 1984, um protocolo de cooperação (Universidades de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Minho e Évora). No plano da investigação científica, no mesmo ano, o CFPES celebrou um acordo com o Instituto de Investigação Científica e Tropical (nos domínios da Geografia e Geologia) e desenvolveu, em colaboração com o Projecto Minerva (através do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), o projecto de Utilização das Novas Tecnologias de Informação – PUENTI. Celebrou, ainda, parcerias com a ex República Democrática Alemã (Ciências Exactas e Pedagogia), com Cuba (Ciências da Educação), com o British Council, Inglaterra e com o Peace Corps, EUA. A Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (EFPE) e o Instituto Superior de Educação, que sucederam ao CFPES expandiram a rede colaborativa internacional. O Centro de Formação Agrária do INIDA desenvolveu, a partir de 1993, colaboração estreita com Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Nova de Lisboa. Em Mindelo, o Centro de Formação Náutica foi financiado pelo Governo da Noruega e executado pela Organização Marítima Internacional (IMO), no âmbito do Projecto CV/NOR/79/01 e o Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar ministrou cursos de bacharelato e licenciatura (Engenharia Eléctrica e Electrotécnica, Engenharia Informática e de Automação, Engenharias Mecânica e Civil), em parceria com a Universidade do Algarve (protocolo assinado no ano 2000).

Segundo Luís Alves¹⁹, a universidade pública deveria assentar num modelo federativo (como aconteceu), congregando as instituições de ensino superior públicas existentes num quadro de internacionalização. A novel universidade deveria inserir-se em redes que permitissem a prestação de serviços no quadro das regiões em que o país estava inserido: os Países Lusófonos (PALOP, CPLP), a Macaronésia, o Sahel (Comité Permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel - CILSS), a África do Oeste (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO) e os Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (Alliance of Small Islands States -

¹⁸ O acesso ao ensino superior era garantido através da concessão de bolsas de estudos num variado grupo de países: Alemanha, Argélia, Brasil, Cuba, EUA, Portugal e URSS, por exemplo (Tolentino, 2007, p. 242).

¹⁹ In Millenium nº 1, Julho de 1998 [http://www.ipv.pt/millennium/Millennium_11.htm].

AOSIS). Preconizava, o então Director Geral do Ensino Superior e Ciência (Ministério da Educação, Ciência e Cultura, que “o envio de quadros para cursos de pós-graduação em países estrangeiros, para além de possibilitar essa apropriação de tecnologias e a criação de um efectivo de docentes e investigadores altamente qualificados para as actividades da universidade, resultará na melhor via para se atingir a internacionalização da Universidade de Cabo Verde”.

Corsino Tolentino, ao defender o conceito de *universidade empreendedora*²⁰, advoga que “um projecto universitário de qualidade num país pequeno e insular é incompatível com a dispersão de meios por um elevado número de centros universitários” (2007, pp. 400/401). Advertindo que “a universidade transcende a instituição em si mesma [...], exige a ultrapassagem da temporalidade dos Governos, eles próprios condicionados por calendários eleitorais” (p. 401), defende “uma universidade em rede com actividades permanentes de ensino, investigação e extensão, tudo articulado para conciliar a missão nacional com a produção local de externalidades” (idem).

A Universidade de Cabo Verde nasceu, de facto, sob o desígnio da universalidade e da internacionalização. No preâmbulo dos seus Estatutos²¹, “atendendo às especificidades de um Estado arquipelágico e de uma Nação que se prolonga além-fronteiras, através da sua expressiva diáspora, e tendo em mira as exigências de qualidade e equidade a que está obrigada a Universidade Pública”, é definida como uma universidade em rede.

II - Uma universidade *plena*

Liberalização e transdisciplinaridade

A Universidade de Cabo Verde traz plasmada nos seus estatutos a vocação de universidade *plena*. Qualquer deriva de gestão que não coloque a ciência como estandarte e a investigação como a actividade central é uma deriva em relação à conformação essencial própria da Uni-CV. Não é uma universidade de ensino, nem tampouco um centro de investigação.

²⁰ Nas conclusões da sua tese de doutoramento intitulada *Universidade e Transformação nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*, dada à estampa pela Fundação Calouste Gulbenkian.

²¹ Decreto-Lei nº 53, de 20 de Novembro de 2006.

Para uma melhor inteligibilidade desta asserção importa situarmo-nos na actualidade, num tempo de uma imparável e exponencial revolução moderna do conhecimento, a que Ismail Serageldin (2013) chamou “the new knoweledge revolution”. Na perspectiva deste autor, esta revolução é caracterizada por alguns “pilares” em que nos baseamos: a liberalização do acesso, a transdisciplinaridade e a nova universidade, devendo estes últimos muito àquele (acesso ao conhecimento)²². A liberalização deve-se aos múltiplos suportes do conhecimento e aos localizadores automáticos de conhecimento. A transdisciplinaridade deve-se à complexidade (o conhecimento revelou-se hoje como uma teia de relações que não aceita confinações em cadeias simplistas de causa-efeito nem axiomas disciplinares) e à convergência (áreas que se pensavam ser muito estanques passaram a revelar-se como facetas de uma mesma realidade).

Os eixos de uma universidade nova

Idealizamos uma universidade que (i) incorpore os novos paradigmas de ciência bem como a sua produção, reprodução, promoção e difusão; (ii) acompanhe a par e passo (senão antecipando) a revolução científica provocada pelas TIC e pela globalização; (iii) prepare jovens para uma nova cidadania, intercultural e global (iv) e técnicos para um novo conceito de profissão baseado em conceitos dinâmicos de ciência e de tecnologia. A universidade *plena* assenta em seis eixos estruturantes:

- 1º Eixo: a volta à prática reflexiva (e investigativa) e o acesso a todos os utentes - estudantes de todos os graus, investigadores e parceiros.
- 2º Eixo: a liberalização da ciência e da investigação científica, na óptica de Serageldin, que passamos a citar:

“Haverá uma explosão de conteúdos, que ultrapassará a nossa imaginação. A flexibilidade das suas combinações permitirá que as pessoas aprendam continuamente ao longo das suas vidas. E comunidades virtuais baseadas na Internet vão criar uma nova forma de grupo de pares afectando o crescimento mental e emocional das crianças e jovens adolescentes do futuro. Quanto aos métodos, a instrução formal em salas de aula será cada vez mais complementada tanto pela aprendizagem guiada como pela auto-aprendizagem.” (2013)

- 3º Eixo: a formação profissionalizante, na dualidade e tensão em que as universidades vivem - formar em capacidades profissionais ou em práticas reflexivas.

²² Na verdade, quer a transdisciplinaridade, quer um novo conceito de universidade, emergem (no sentido de Morin) da liberalização do acesso ao conhecimento.

- 4º Eixo: a formação pós graduada e doutoral, numa procura de novos modelos que devem incluir a prática reflexiva, a publicação e o escrutínio pelos pares e, sobretudo, a inovação através de níveis de conhecimento de grande impacto na ciência global.
- 5º Eixo: a universidade e a sociedade, numa relação virtuosa de cumplicidade, em que a universidade se destacará como o locus preferencial de mudança na sociedade.
- 6º Eixo: Currículos para amanhã, com múltiplas ofertas on-line, um *core* reduzido, mas sólido de conhecimentos e competências universalmente aceites; *campi* universitários globais, descentralizados, deslocalizados e desmaterializados.

III - Os inevitáveis caminhos da internacionalização

Segundo Kehem e Teichler (2007)²³, os principais aspectos a considerar na internacionalização de uma universidade são (i) a mobilidade de estudantes e staff; (ii) as influências mútuas dos sistemas de ensino superior entre países e regiões; (iii) a universalização de modelos e produtos de ensino, de aprendizagem e pesquisa; (iv) estratégias institucionais como o marketing, a construção de perfis internacionais, os sistemas de acreditação e qualidade; (v) a transferência de conhecimento; (vi) a cooperação e competição, que poderá traduzir-se “no ganho de cérebros”²⁴ e (vii) as políticas nacionais e supranacionais em relação ao internacional.

Mobilidade

A mobilidade é um objectivo central da política da Uni-CV. Ao nível do corpo docente tem ganho expressão crescente no quadro do Programa de Iniciação Científica, financiado pela CAPES – Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (2009-13: 127 estudantes da graduação frequentaram universidades brasileiras durante dois meses), do Exchange Program (17 estudantes de mestrado frequentaram a Bridgewater State University) e do Programa Erasmus Mundus ACP II (dois doutorandos em Ciências Sociais na Universidade de Malmo (Suécia) e dois na Universidade do Porto, durante 10 meses; dois mestrados em Ciências Sociais na Universidade Complutense de Madrid, durante 15 meses e dois na Universidade do

²³ In Research on Internationalisation in Higher Education. *Journal of Studies in International Education*, vol. 11, nº 14.

²⁴ Segundo dados da UNESCO (ISU, 2006), citados em Tolentino, 2007, p. 257, Cabo Verde registou 67,5% de fugas de cérebros, a segunda mais elevada no grupo dos países da CPLP (maior, Guiné-Bissau, 70,3%; menor, Brasil, 3,3%).

Porto (full master, 24 meses). A Uni-CV acolheu (Doutoramento em Ciências Sociais) uma estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante 10 meses.

As perspectivas de mobilidade de estudantes, nos dois sentidos, alargam-se com a nossa participação no “Intra-ACP Academic Mobility Scheme” (Projectos Angle²⁵, Dream²⁶, liderados pela Universidade do Porto e Kite²⁷, coordenado pela Universidade Masaryk da República Checa) e no Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional – Pró-Mobilidade Internacional, 2012 e 2013 (AULP/CAPES).

Cooperação, competição e liberdade

A mobilidade de docentes e investigadores aconteceu, de forma personalizada e natural, por força dos contactos dos nossos professores com projectos nas universidades onde concluíram a sua formação académica. Como referiu Paulino Fortes, numa comunicação no XXII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, em Maputo, Moçambique, em 2012²⁸,

“As universidades novas, em particular, dos países novos e em desenvolvimento, é integrada por um corpo docente formado maioritariamente no estrangeiro. Tal situação coloca a internacionalização da Uni-CV como um processo natural. Com efeito, cada docente representa um elo de ligação com uma universidade específica onde obteve a sua formação. A Uni-CV tem recebido muitos docentes, cientistas e visitantes, que a procuram por nela ter um embaixador, ou seja, um antigo diplomado.” (p. 360)

Muitos dos cursos de pós-graduação e dos projectos de investigação em curso emanam destas relações académicas, assentes num forte carga afectiva e de afiliação intelectual. A mobilidade académica, inicialmente, foi forjada nesta teia de contactos pessoais, institucionais e ideológicos. A formalização destas cumplicidades traduziu-se na celebração de 82 acordos e protocolos com instituições de ensino superior, agências e fundações colaborativas estrangeiras.

²⁵ O consórcio ANGLE é constituído por 11 Universidades Europeias e 9 Instituições do Ensino Superior de países ACP, nomeadamente Angola, Camarões, Cabo Verde, Timor-Leste, Fiji, Quênia, Madagáscar, Moçambique, Congo, Senegal, Trinidad e Tobago.

²⁶ Coordenado pela Universidade do Porto, o Projecto DREAM (Dynamizing Research and Education for All through Mobility in ACP) engloba 20 instituições parceiras e 29 associadas e contempla 190 mobilidade de estudantes, investigadores e docentes dos países ACP e da Europa.

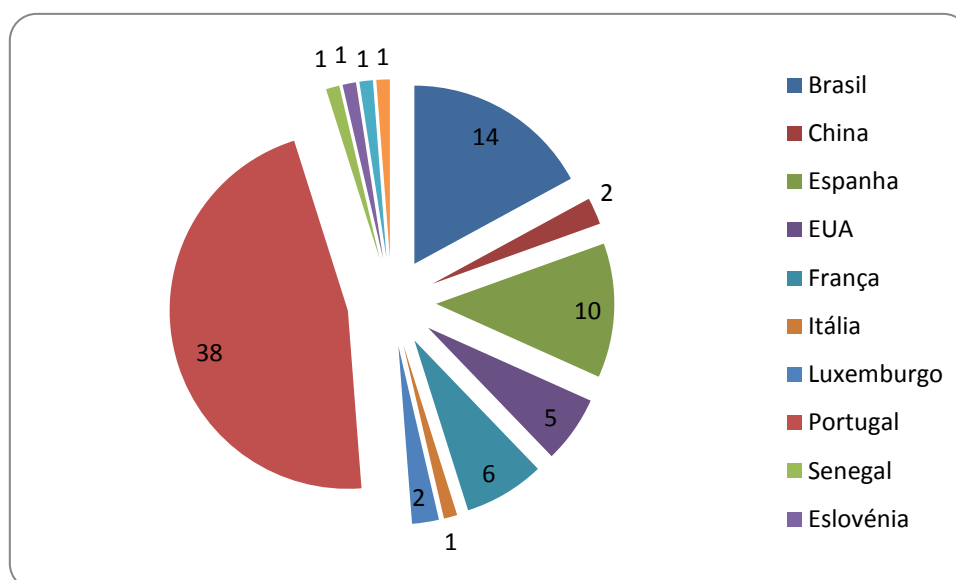
²⁷ Projecto KITE– Knowledge, Integration and Transparency in Education, coordenado pela Masaryk University, República Checa.

²⁸ A internacionalização do currículo na rede AULP. In *Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP*, 2012, pp. 355-363.

Quadro 2 – Protocolos com instituições de ensino superior, fundações e agências de países estrangeiros, por país de origem.

País	Número	Percentagem
Brasil	14	17,1%
China	2	2,4%
Espanha	10	12,2%
EUA	5	6,1%
França	6	7,3%
Itália	1	1,2%
Luxemburgo	2	2,4%
Portugal	38	46,3%
Senegal	1	1,2%
Eslovénia	1	1,2%
Suíça	1	1,2%
Timor	1	1,2%
	82	100,0%

Gráfico 2 – Protocolos com instituições de ensino superior, fundações e agências de países estrangeiros, por país de origem.



Quase metade dos acordos de colaboração foram firmados com instituições portuguesas (46,3%). Segue-se a colaboração com instituições brasileiras (17,1%), espanholas - com destaque para as Universidades das Canárias (12,2%), francesas (7,3%) e dos EUA (6,1%). Na cooperação com Portugal destacam-se os acordos estabelecidos com universidade e institutos politécnicos (67,6%) e com empresas em associação com universidades (13,5%). Pela dimensão histórica e expressão qualitativa dos apoios concedidos à Uni-CV, têm um lugar de relevo a Fundação Calouste Gulbenkian e a Cooperação Portuguesa (neste último caso, presentemente, em decréscimo).

No artigo “A universidade pública de Cabo Verde “braço teórico do Estado”²⁹, Pierre Franklim Tavares elucida que “a universidade é e será sempre um mundo de liberdades: o conhecimento académico, tão longe quanto se possa ir no tempo, foi sempre o corolário do *espírito crítico*, na sua função epistemológica e na sua vocação crítica da ordem estabelecida”. A Uni-CV, norteadora por estes requisitos éticos, tem promovido uma cooperação académica livre e útil, na sequência da cooperação técnica internacional que concorreu para a sua criação, num contexto actual de expansão planetária das redes interuniversitárias.

Universalização de modelos e transferência do conhecimento

A mobilidade académica, como referimos, inicialmente personalizada, ganha uma expressão cada vez mais institucional e contratualizada, potenciando o diálogo científico à escala mundial. Muitos dos nossos professores participam em projectos inseridos em redes internacionais e publicam em revistas estrangeiras com arbitragem científica. É de referir o processo em curso da internacionalização e indexação da revista mais antiga da Uni-CV, a Revista de Estudos Cabo-verdianos. Presentemente, a Uni-CV integra as seguintes associações, programas e redes internacionais:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP

Agência Universitária da Francofonia

International Association of Universities – IAU

Associação Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Ensino Superior – FORGES (membros associados)

Programa Erasmus Mundus, 2009-2013

Programa de Cooperação Transnacional Madeira – Açores - Canárias – MAC, 2007-2013

Rede Unamuno Eixo Atlântico e a Rede de Excelência de Territórios Insulares - RETI

Rede Calíma (universidades espanholas e africanas)

Rede Oeste Africana para a Pesquisa em Saúde

Rede de Instituições Nacionais de Administração Pública

Campus do Mar

²⁹ In Tolentino, A. C., Coutinho, A. S., Wochnik, M, Tolentino, N. C., Naumann, R. e Borges, S. (Org.). *África-Europa: cooperação académica*. Lisboa: Ed. Fund. Friedrich Ebert, pp. 161-167.

A gestão da universidade com sentido estratégico

A aproximação paulatina da Uni-CV ao denominado modelo de Bolonha, patente, no plano de intenções, no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde - RJIES³⁰, é inevitável neste contexto de globalização e poderá conduzir à universalização de modelos de ensino e à construção de perfis internacionais. Em nossa opinião, este processo deverá ocorrer, de forma natural, “com os acordos interuniversitários e as redes institucionais, e menos com a uniformização dos enquadramentos legais definidos ao nível dos Estados”. Como afirmou Marçal Grilo, autor da citação anterior, “importa que haja mais um “bottom up approach” e não um “top down” (2002, p. 104).

Embora o RJIES nos situe numa esfera académica e política decalcada do Espaço Europeu do Ensino Superior, as práticas tradicionais de relacionamento inter institucional e com o Estado têm dificultado o exercício da autonomia universitária e interpelam a universidade a sair da sua “torre de marfim”. A gestão terá de ganhar um sentido estratégico, assumir prioridades esclarecidas, melhorar os ‘picos’, ou seja investir naqueles que já por si são melhores, o que significa incentivar os centros de excelência, sejam nas áreas do ensino ou da investigação” (Grilo, 2002. P. 105).

Os percursos da internacionalização da Uni-CV pressupõem uma visão diferente de captação e gestão dos recursos e do valor dos investimentos, que deverão ser considerados capital de risco com resultados de longo prazo, num domínio tão competitivo, como o é hoje o mundo da Ciência, Inovação e Desenvolvimento. Retomando um texto escrito há cinco anos sobre a cooperação académica, África-Europa³¹, “a universidade em Cabo Verde deve ser uma *universalidade* em Cabo Verde”, marcada pela produção de saber enriquecedor do património científico e cultural globais e por ter alguma ou algumas áreas de excelência, não apenas por uma questão estratégica, mas pela razão pura de a Uni-CV justificar a sua existência na rede global de universidades”.

³⁰ Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012.

³¹ A universidade do século XXI em Cabo Verde e a cooperação académica. In [Tolentino, A. C., Coutinho, A. S., Wochnik, M., Tolentino, N. C., Naumann, R. e Borges, S. (Org.)]. *África-Europa: cooperação académica*. Lisboa: Ed. Fund. Friedrich Ebert, pp. 241-247.

Bibliografia:

- Alves, Luís (1998). A internacionalização da universidade. In *Millenium* n.º 1, Julho [http://www.ipv.,millenium/Millenium_11.htm].
- Fortes, Paulino Lima (2008). A universidade do século XXI em Cabo Verde e a cooperação académica. In [Tolentino, A. C., Coutinho, A. S., Wochnik, M, Tolentino, N. C., Naumann, R. e Borges, S. (Org.)]. *África-Europa: cooperação académica*. Lisboa: Ed. Fund. Friedrich Ebert.
- Fortes, Paulino Lima (2013). A internacionalização do currículo na rede AULP. In *Ensino Superior e Investigação Científica no espaço da CPLP*. Maputo: Ed. AULP.
- Grilo, Marçal (2002). *Desafios da educação: Ideias para uma política educativa no século XXI*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Karen & Teichler (2007). Research on internationalisation in higher education. In *Journal of Studies in International Education*, vol. 11, n.º 14.
- Serageldin, Ismail (2013) - The Seven Pillars of the New Knowledge Revolution, IAU Horizons, Vol. 18 N° 3 + 19 N° 1, March 2013.
- Tavares, Pierre Franklim (2008). A universidade pública de Cabo Verde, “braço teórico do estado. In [Tolentino, A. C., Coutinho, A. S., Wochnik, M, Tolentino, N. C., Naumann, R. e Borges, S. (Org.)]. *África-Europa: cooperação académica*. Lisboa: Ed. Fund. Friedrich Ebert.
- Tolentino, André Corsino (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Varela, Bartolomeu Lopes (2013). *Evolução do Ensino Superior em Cabo Verde: Da criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário à instalação da Universidade Pública*. Praia: Edições Uni-CV.
[http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/evolucao_do_ensino_superior_publico_em_cv.pdf]